



ANAL REGIONAL DO TRABALHO
12ª REGIÃO

SIMULADO FINAL

TRT SC

**Analista Judiciário
Área Judiciária e Oficial de
Justiça Avaliador
Pós-Edital**

Simulado

Simulado Final TRT SC – Assistente Judiciário – Área Judiciário e Oficial de Justiça Avaliador

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso TRT SC;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00** às **13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo abaixo destas informações;

PREENCHA SEU GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-TRT-SC-14-10>

- | | | |
|----------------|----------------|----------------|
| 01 – A B C D E | 20 – A B C D E | 41 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 21 – A B C D E | 42 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 22 – A B C D E | 43 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 23 – A B C D E | 44 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 24 – A B C D E | 45 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 25 – A B C D E | 46 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 26 – A B C D E | 47 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 27 – A B C D E | 48 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 28 – A B C D E | 49 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 29 – A B C D E | 50 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 30 – A B C D E | 51 – A B C D E |
| 12 – A B C D E | 31 – A B C D E | 52 – A B C D E |
| 13 – A B C D E | 32 – A B C D E | 53 – A B C D E |
| 14 – A B C D E | 33 – A B C D E | 54 – A B C D E |
| 15 – A B C D E | 34 – A B C D E | 55 – A B C D E |
| 16 – A B C D E | 35 – A B C D E | 56 – A B C D E |
| 17 – A B C D E | 36 – A B C D E | 57 – A B C D E |
| 18 – A B C D E | 37 – A B C D E | 58 – A B C D E |
| 19 – A B C D E | 38 – A B C D E | 59 – A B C D E |
| 20 – A B C D E | 39 – A B C D E | 60 – A B C D E |

LÍNGUA PORTUGUESA

Janaina Arruda

Texto I

Evidentemente, identificar a literatura com o valor literário (os grandes escritores) é, ao mesmo tempo, negar (de fato e de direito) o valor do resto dos romances, dramas e poemas e, de modo mais geral, de outros gêneros de verso e de prosa. Todo julgamento de valor repousa num atestado de exclusão. Dizer que um texto é literário subentende sempre que um outro não é. O estreitamento institucional da literatura no século XIX ignora que, para aquele que lê, o que ele lê é sempre literatura, seja Proust ou uma fotonovela, e negligencia a complexidade dos níveis de literatura (como há níveis de língua) numa sociedade. A literatura, no sentido restrito, seria somente a literatura culta, não a literatura popular (a *Fiction* das livrarias britânicas).

Por outro lado, o próprio cânone dos grandes escritores não é estável, mas conhece entradas (e saídas): a poesia barroca, Sade, La Fontaine, os romancistas do século XVIII são bons exemplos de redescobertas que modificaram nossa definição de literatura. Segundo T. S. Eliot, que pensava como um estruturalista em seu artigo *La tradition e le talent individuel* [A tradição e o talento individual] (1919), um novo escritor altera toda a paisagem da literatura, o conjunto do sistema, suas hierarquias e suas filiações: Os monumentos existentes formam entre si uma ordem ideal que é modificada pela introdução, entre eles, da nova (da verdadeiramente nova) obra de arte. A ordem existente é completa antes da chegada da nova obra; para que a ordem subsista, depois da intervenção da novidade, o conjunto da ordem existente deve ser alterado, ainda que ligeiramente; e assim as relações, as proporções, os valores de todas as obras de arte em relação ao conjunto são reajustados.

Demônio da teoria, de Antoine Compagnon

01. O autor ressalta aspectos **contrastantes** no caso da literatura, tal como se observa na relação entre estas duas expressões:

- a) grandes escritores e valor dos romances
- b) julgamento de valor e atestado de exclusão
- c) Literatura culta e literatura restrita
- d) monumentos existentes e obra de arte
- e) valor da arte e conjunto de obras

02. Atente para as seguintes afirmações sobre o texto:

- I- Quando um texto não é literário, subentende-se que existam outros que sejam considerados literários.
- II- A *Fiction* das livrarias é considerada literatura popular e essa não corresponde ao padrão de literatura erudita em seu sentido stricto sensu.
- III- Os monumentos que existem formam, entre eles, uma ordem padrão que se torna indiferente à presença da verdadeiramente nova obra de arte.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- a) I, II e III.
- b) I e III, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) III, apenas.

03. São **irrelevantes** para a definição de valor literário estes fatores:

- a) texto literário e valor estético
- b) julgamento de valor e obra de arte
- c) níveis de literatura e literatura culta
- d) o que se lê sempre é literatura e níveis de literatura
- e) o conjunto do sistema, suas hierarquias e suas filiações

04. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento em:

- a) *num atestado de exclusão* (1º parágrafo) = indicativo de inferioridade
- b) *estreitamento institucional da literatura* (1º parágrafo) = afastamento do instituto literário
- c) *cânone dos grandes escritores* (2º parágrafo) = modelo de referência dos autores
- d) *pensava como um estruturalista* (2º parágrafo) = articulava como um pragmático
- e) *da intervenção da novidade* (2º parágrafo) = influência do moderno

05. Estão plenamente observadas as normas de concordância verbal em:

- a) Evidentemente, seriam a identificação da literatura com valoração literária, simultaneamente, negação do valor dos demais romances e, de modo geral, de tantos outros gêneros.
- b) O estreitamento institucional dos textos literários no século XIX não preveem que, para quem lê, o que é lido sempre será literatura, seja Proust ou uma fotonovela, além de negligenciar a complexidade dos níveis de literatura (como há níveis de língua) numa sociedade.
- c) O texto literário, em seu sentido restrito, apenas seria a literatura culta e não aquela popular. Assim, considera-se a Fiction das livrarias britânicas uma espécie de texto popular.
- d) Toda a paisagem da literatura seriam alterada por um novo escritor; o conjunto do sistema, suas hierarquias e suas filiações.
- e) Os monumentos existente forma uma ordem ideal que se modifica pela introdução, entre eles, da nova (da verdadeiramente nova) obra de arte.

06. Observe a construção correta com relação à colocação do pronome:

- a) O estreitamento institucional da literatura no século XIX ignora que espera-se o negligenciamento de determinado modelos estereotipados.
- b) O autor afirma que, se um texto é literário, outro valerá-se desse mesmo critério de aceitação.
- c) Os monumentos existentes formam entre si uma ordem ideal que modifica-se pela introdução de novas obras de arte.
- d) A ordem existente é completa antes que se aproxime a nova obra.
- e) Os valores de todas as obras de arte em relação ao conjunto nem reajustam-se, nem alteram-se.

07. Analisando-se aspectos sintáticos de frases do texto, é correto afirmar que em

- a) *O estreitamento institucional da literatura no século XIX ignora que, para aquele que lê, o que ele lê é sempre literatura, seja Proust ou uma fotonovela, e negligencia a complexidade dos níveis de literatura/* as formas verbais sublinhadas têm um mesmo sujeito.
- b) *os romancistas do século XVIII são bons exemplos de redescobertas que modificaram nossa definição de literatura/* configura-se um caso de indeterminação do sujeito.
- c) *Os monumentos existentes formam entre si uma ordem ideal /a voz verbal é ativa, sendo uma ordem ideal o objeto indireto.*
- d) *um novo escritor altera toda a paisagem da literatura/* não há a possibilidade de transposição para outra voz verbal.
- e) *Todo julgamento de valor repousa num atestado de exclusão /o elemento sublinhado exerce a função de adjunto adverbial de modo.*

08. Está adequada a correlação de regência no seguinte caso:

- a) a Identificação da literatura ao valor literário é, ao mesmo tempo, negação do valor do resto dos romances, dramas e poemas.
- b) De modo geral, a valoração de um julgamento repousa sob atestado excludente.
- c) Um escritor novo modifica o contexto literário implica em um novo conjunto do sistema.
- d) A ordem que existe é completa, mesmo que faça referência a outra obra.
- e) o conjunto da ordem existente pertence à cânones, ainda que ligeiramente negligenciados.

09. Deve-se presumir, com base no texto, que

- a) A literatura limita-se a confrontar a realidade de determinada época na busca de encontrar sentidos para o texto.
- b) A literatura pode ser a representação de uma sociedade em seu aspecto histórico-social uma vez reflete, em diversas perspectivas, a depender dos autores, conflitos vividos em recortes temporais da história humana.
- c) Os conflitos que a literatura reflete acabam se dissipando na espinhal dorsal de cada obra analisada, pois são formas que se modificam na compreensão da angústia.
- d) A literatura não resiste à angústia da existência, pelo contrário, ela é a reflexão profunda de uma atividade outra que resiste à passagem do tempo.
- e) Há diferentes níveis de angústia na literatura que ora se acentuam, ora se atenuam ao longo tempo, pois ela, assim como outra atividade, resiste à angustia da existência.

10. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do plural para preencher de modo adequado a lacuna da seguinte frase:

- a) A representação que (promover) quem constrói obras a partir da angústia de uma época são muitas.
- b) Não (convir) aos grandes representantes de obras literárias aceitar que pode haver uma representação literária em obras populares.
- c) Por que (haver) de caber a uma reflexão sobre vida os conceitos norteadores de uma obra literária?
- d) O que à literatura não (poder) faltar, ainda mais nos momentos de angústia, é uma reflexão sobre a vida.
- e) Não (caber) às obras literárias de grande valor, ainda que essas não sejam unânimes, menosprezar as chamadas obras populares, julgar a essas como inferiores.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

Eduardo Mocellin

11. Joaquim, que é marceneiro, possui duas tábuas cujas medidas são 240 cm e 340 cm. Joaquim deseja cortar as tábuas em pedaços iguais, cujas medidas tenham o maior tamanho possível. Nessas condições, sabendo-se que não devem restar sobras após os cortes, o total de pedaços que o marceneiro terá é:

- a) 17
- b) 20
- c) 26
- d) 29
- e) 32

12. Adalberto está completando as figurinhas do seu álbum da Copa do Mundo 2022. Para completar o álbum de figurinhas, trocou $\frac{3}{4}$ das figurinhas que possuía por uma figurinha rara. Após a troca, verificou que $\frac{3}{4}$ do total das figurinhas que restaram eram repetidas e resolveu distribuí-las aos seus amigos, ficando assim com duas figurinhas. Podemos afirmar que a quantidade inicial de figurinhas que Adalberto possuía era:

- a) 28
- b) 24
- c) 20
- d) 18
- e) 16

13. Cauã e Ademar estão em uma fila. Cauã está na frente de Ademar, mas há 9 pessoas entre eles. Há 21 pessoas depois de Ademar e a pessoa que está imediatamente à frente de Ademar ocupa o centro da fila.

O número de pessoas que estão à frente de Cauã é

- a) 12
- b) 13
- c) 15
- d) 18
- e) 21

14. Quando eu vou para a padaria, Leandro me pede dinheiro. Se Leandro me pede dinheiro, então Márcio fica irritado, Cláudio fica sem graça e Arnaldo chora. Quando Cláudio fica sem graça e Bruna não fica sem esperança, Diego não estuda. Se Diego estuda e Bruna não fica sem esperança, então

- a) não vou para a padaria e Arnaldo não chora.
- b) Leandro não me pede dinheiro e Arnaldo não chora.
- c) não vou para a padaria e Leandro não me pede dinheiro.
- d) vou para a padaria e Márcio não fica irritado.
- e) Leandro não me pede dinheiro e Márcio não fica irritado.

15. A seguir são mostradas as notas que nove alunos obtiveram na disciplina de Matemática:

| | | | | | | | | |
|-----|-----|-----|------|-----|-----|-----|-----|-----|
| 6,5 | x | 7,0 | 10,0 | 9,0 | y | 7,5 | 7,0 | 8,0 |
|-----|-----|-----|------|-----|-----|-----|-----|-----|

Sabendo-se que x é a média e também a mediana dos valores e que $x < y$, o valor máximo que pode ser assumido por y é:

- a) 10,0
- b) 9,5
- c) 9,0
- d) 8,5
- e) 8,0

LEI N° 8.112/1990*Antônio Daud*

16. Diante da ocorrência de infração grave praticada por servidor público federal, enquadrada no art. 132 da Lei 8.112/1990 como punível com pena de demissão, após a devida apuração dos fatos, a autoridade administrativa

- a) não dispõe de discricionariedade para aplicar ao servidor pena diversa de demissão.
- b) aplicará a sanção investida no poder de polícia.
- c) pode efetivar a pena de demissão após apuração por meio de sindicância.
- d) sujeita-se ao prazo prescricional de dois anos, contados da data da prática do ato ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado.
- e) deverá declarar a inocência do acusado, quando houver decisão judicial que inocente o servidor por insuficiência de provas.

17. Com base na Lei 8.112/1990, assinale o item correto:

- a) Fará jus ao recebimento da ajuda de custo, o servidor que passa a ter exercício em nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente, nas hipóteses de remoção de ofício ou a pedido, a critério da administração, a fim de compensar as despesas de instalação do servidor.
- b) O servidor em estágio probatório poderá gozar de licença para exercer mandato classista, porém não para atividade política.
- c) Caso, a partir do término de determinada modalidade de licença, seja concedida outra de mesma espécie, dentro do prazo de 90 dias, considerar-se-á como prorrogação.
- d) As indenizações somente se incorporam ao vencimento do servidor, quando forem concedidas em caráter permanente.
- e) O servidor poderá ausentar-se do serviço, sem qualquer prejuízo, por um dia para doar sangue e por oito dias em razão de falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela e irmãos.

REGIMENTO INTERNO*Tiago Zanolla*

18. De acordo com o Regimento Interno do TRT-SC, como será feita a comunicação ao Desembargador do Trabalho afastado sobre a sessão convocada?

- a) Por telefone.
- b) Por mensagem de voz
- c) Por comunicação escrita.
- d) Por sistema judicial.
- e) Por videoconferência.

19. De acordo com o Regimento Interno do TRT-SC, conforme regras de funcionamento das Seções Especializadas, quando o Desembargador do Trabalho que preside a sessão votará?

- a) Sempre que houver uma votação.
- b) Apenas quando houver empate na votação.
- c) Apenas quando for o relator do processo.
- d) Apenas quando for solicitado por outro Desembargador.
- e) Nunca votará, apenas presidirá a sessão.

RELOSUÇÃO CNJ N° 400/2021*André Rocha*

20. Segundo a Resolução CNJ nº 400/2021, que dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário, assinale a alternativa correta.

- a) Logística sustentável é a aquisição conjunta de bens e serviços que geram menor impacto ambiental, maior inclusão social, consideram a dimensão cultural da sustentabilidade e a eficiência econômica, com ganho de escala, realizada por organizações públicas de diferentes setores ou entre unidades de uma mesma organização pública, visando fomentar a produção e o consumo sustentáveis no país.
- b) Os resultados apurados relativos aos indicadores de desempenho e às ações do PLS devem ser avaliados pela Comissão Gestora do PLS, pelo menos uma vez ao ano, e devem compor o relatório de desempenho do PLS.
- c) Nos tribunais que possuam mais de 5.000 servidores no quadro de pessoal, deve ser observada a lotação mínima na unidade de sustentabilidade de dois servidores.
- d) São competências da Comissão Gestora, entre outras, elaborar o PLS em conjunto com as unidades gestoras responsáveis pela execução do PLS.
- e) O controle de emissão de dióxido de carbono dar-se-á pelo uso de fontes de energia fóssil e de alternativas à utilização de combustível renovável e pela realização de campanhas de plantio de árvores, contra o desmatamento e as queimadas nas florestas.

DIREITO CONSTITUCIONAL*Nelma Fontana*

21. Nos termos do Art. 5º, VIII, da Constituição da República de 1988, “ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.”

Esse preceito constitucional dá origem a uma norma de eficácia:

- a) plena e aplicabilidade diferida;
- b) limitada e princípio programático;
- c) plena e aplicabilidade imediata;
- d) limitada e princípio institutivo;
- e) contida e aplicabilidade imediata.

22. Acerca do Poder Judiciário, está **INCORRETO** o que se afirma em:

- a) Os juízes gozam de vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídio.
- b) As propostas orçamentárias elaboradas pelos Tribunais podem ser discricionariamente alteradas pelo Poder Executivo.
- c) O acesso aos tribunais de segundo grau far-se-á por antiguidade e merecimento, alternadamente, apurados na última ou única entrância.
- d) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal.
- e) Compete aos juízes federais o julgamento dos crimes contra a organização do trabalho.

23. A respeito do Distrito Federal e dos Territórios, indique a assertiva correta.

- a) O Distrito Federal, assim como se aplica aos Territórios, não pode ser dividido em Municípios.
- b) O Distrito Federal é um ente federativo híbrido, capaz de exercer competências legislativas estaduais e municipais.
- c) O Distrito Federal se organiza por meio de lei orgânica votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias, sendo aprovada por dois terços da Câmara Legislativa e promulgada pelo Governador, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição.
- d) As contas do Governo do Território serão submetidas ao Senado Federal, com parecer prévio do Tribunal de Contas da União.
- e) Nos Territórios Federais, além do Governador nomeado pelo Presidente da República, após aprovação do Senado, haverá órgãos judiciários de primeira e segunda instância, membros do Ministério Público e defensores públicos federais.

24. Sobre o direito de liberdade de associação, conforme disposto na Constituição Federal e nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, indique a assertiva incorreta.

- a) O Governador do Estado Alfa tem poderes para, por meio de decreto referendado pelo Secretário de Justiça, determinar a extinção compulsória da associação que tenha por objetivo a prática de ato ilícito.
- b) Uma liminar não é suficiente para extinguir compulsoriamente as associações de caráter paramilitar.
- c) A legitimidade da associação para representação de seus filiados no âmbito judicial depende de autorização expressa dos associados.
- d) Na condição de substituta processual, a atuação judicial de associação não está condicionada à autorização dos associados por meio de procuração.
- e) A exclusão de associado por motivos ideológicos, desde que cumprido o devido processo legal, não está sujeita à revisão pelo Estado.

25. O Presidente da República editou medida provisória para admitir que refugiados residentes no Brasil há mais de seis meses possam ser naturalizados brasileiros, desde que não possuam condenação criminal. A respeito do assunto, aponte a alternativa incorreta.

- a) As medidas provisórias rejeitadas perdem a eficácia desde a sua edição.
- b) É vedada a edição de medida provisória sobre nacionalidade.
- c) O quórum necessário para a aprovação de medida provisória é o de maioria simples, exigindo-se votação em cada Casa do Congresso Nacional separadamente.
- d) A medida provisória somente produzirá efeitos após o parecer favorável da comissão mista.
- e) A medida provisória tem prazo de validade de 60 dias, prorrogável por mais 60 dias.

26. Diego é italiano nato e brasileiro naturalizado. Em 2020, praticou o crime de homicídio na Itália. Em 2022, a Itália solicitou ao Brasil a extradição de Diego. Sabendo que o crime fora praticado na Itália após Diego ter se naturalizado brasileiro, indique a assertiva correta, como prescreve a Constituição Federal.

- a) Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, os pedidos de extradição formulados por Estados estrangeiros.
- b) A Constituição Federal não admite a extradição de brasileiros.
- c) A Constituição Federal apenas permite extradição de brasileiro naturalizado por crime praticado antes da naturalização.
- d) Diego poderá ser extraditado, desde que cumpridas as formalidades da lei brasileira.
- e) Diego não poderá ser extraditado do Brasil, porque o crime de homicídio foi praticado após a naturalização, momento em que a Constituição Federal apenas admite a extradição por tráfico ilícito de substância entorpecente e drogas afins.

DIREITO ADMINISTRATIVO*Thállius Moraes*

27. Conforme regras estabelecidas pela Lei 8.112/90, que trata do regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias, inclusive em regime especial, e das fundações públicas federais, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A posse do servidor público ocorre com a assinatura do respectivo termo, no prazo de trinta dias, contados da publicação do ato de provimento.
- b) A reversão consiste na forma de provimento que permite ao servidor aposentado retornar à atividade, desde que não tenha completado setenta anos e que haja cargo vago.
- c) Quando um ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de trinta dias ou de demissão, é incabível a sua apuração por meio de sindicância, de forma que será obrigatória a instauração de processo disciplinar.
- d) Considera-se servidor público a pessoa legalmente investida em cargo público, cujo provimento será em caráter efetivo ou em comissão.
- e) A remuneração do servidor efetivo é composta pelo do vencimento do cargo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei.

28. Considerando as disposições doutrinárias e constitucionais acerca da organização da Administração Pública, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Depende de autorização legislativa a criação de subsidiárias de empresa pública e sociedade de economia mista, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada.
- b) O Tribunal de Contas, a Defensoria Pública, o Poder Judiciário e o Ministério Público são integrantes da Administração Pública Direta.
- c) As sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de direito privado, sendo constituídas sob quaisquer modalidades societárias admitidas em direito e necessitam de lei específica que autorize sua criação.
- d) Fundamenta-se no princípio da especialidade a proibição de constituição de empresa pública com finalidade genérica.
- e) A exigência de que as entidades da Administração Pública Indireta sejam criadas ou autorizadas por lei decorrem do princípio da reserva legal.

29. Levando em consideração as disposições atinentes aos poderes da administração, analise os próximos itens.

I – Quando o agente busca alcançar um fim diverso daquele que a lei lhe permitiu ocorre abuso de poder, na modalidade excesso de poder.

II - Em relação ao poder de polícia, é possível que atos relativos à aplicação de penalidades possam ser delegados às empresas públicas e às sociedades de economia mista.

III – A Administração pública, ao editar atos normativos, com o intuito de ordenar a atuação de órgãos a ele subordinados atua no exercício do poder hierárquico.

Está correto apenas o disposto em:

- a) I, II e III.
- b) II e III.
- c) apenas II.
- d) Apenas III.
- e) Nenhuma das assertivas.

30. Considerando as disposições legais, doutrinárias e jurisprudenciais predominantes acerca do controle da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- a) O controle judicial dos atos administrativos é restrito a aspectos de legalidade, sendo vedada a análise do mérito administrativo pelo Poder Judiciário.
- b) Lei complementar pode estabelecer hipóteses de controle legislativo sobre a atuação do Poder Executivo.
- c) O controle externo da administração pública é hierarquicamente superior ao controle interno.
- d) A autotutela assegura que a administração pública reveja seus atos, anulando-os, quando ela os entender como ilegais, inoportunos ou inconvenientes.
- e) A supervisão ministerial exercida sobre os entes da Administração Indireta é exemplo de controle administrativo hierárquico.

31. A Lei 9.784/99 estabelece as regras acerca do processo administrativo em âmbito federal. Considerando essas disposições, assinale a alternativa correta.

- a) É admissível a delegação de competência para proferir decisão de recurso administrativo a outros órgãos ou autoridades, ainda que estes não sejam hierarquicamente subordinados à autoridade delegante.
- b) Quando não houver competência legal específica definida, o processo administrativo deverá ser iniciado perante a autoridade de menor grau hierárquico para decidir.
- c) As decisões adotadas por delegação devem mencionar explicitamente esta qualidade e serão consideradas editadas pela autoridade delegante.
- d) É impedido de atuar no processo administrativo a autoridade que seja amigo íntimo de um dos interessados no processo.
- e) Um terceiro, que não tenha sido quem iniciou um determinado processo administrativo, não pode ser legitimado como interessado nesse processo.

- 32.** Considerando as disposições da Lei 8.429/92, que trata dos atos de improbidade administrativa, assinale a alternativa que corresponde a um ato de improbidade que importa em prejuízo ao erário.
- a) Utilizar, em obra ou serviço particular, qualquer bem móvel, de propriedade ou à disposição de qualquer do órgão em que está lotado.
 - b) Receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para tolerar a exploração ou a prática de jogos de azar ou de narcotráfico.
 - c) Revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo, propiciando beneficiamento por informação privilegiada.
 - d) Frustrar, em ofensa à imparcialidade, o caráter concorrencial de concurso público, com vistas à obtenção de benefício próprio, direto ou indireto, ou de terceiros.
 - e) Ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento.

DIREITO DO TRABALHO

Antônio Daud

- 33.** Augusto, empregado celetista da empresa Filhotes Caçulas Ltda., labora exposto a risco acentuado nas atividades de motocicleta. Seu salário é composto por uma importância fixa de R\$ 2.000,00, gratificações no valor de R\$ 400,00 e prêmios dados em espécie no valor de R\$ 250,00. O salário-mínimo atualmente vigente é de R\$ 1.320,00.
- É correto afirmar que o valor de seu adicional de periculosidade é de:
- a) 396,00.
 - b) 600,00.
 - c) 795,00.
 - d) 800,00.
 - e) 950,00.
- 34.** Sócrates, ao discutir com um de seus alunos a respeito da CLT, afirmou corretamente que um empregado poderá ter o contrato de trabalho interrompido por:
- a) até dez dias consecutivos, em virtude de casamento do empregado professor.
 - b) até oito dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge do empregado professor.
 - c) até três dias, em cada doze meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue devidamente comprovada.
 - d) pelo tempo necessário para acompanhar sua esposa ou companheira em até seis consultas médicas, ou em exames complementares, durante o período de gravidez.
 - e) durante o tempo que se fizer necessário, em que tiver que comparecer a juízo, limitado a duas horas.

35. Tomando por base as regras celetistas do trabalho intermitente, analise as afirmativas a seguir:

- I. O trabalho intermitente não designa vínculo empregatício, dada a eventualidade na prestação dos serviços.
- II. O contrato de trabalho intermitente pode ser celebrado verbalmente ou por escrito.
- III. Exceto no caso dos aeronautas, considera-se como intermitente o contrato de trabalho no qual a prestação de serviços, com subordinação, não é contínua, ocorrendo com alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade, determinados em horas, dias ou meses.

Está/Estão correto(s) APENAS o(s) item(ns):

- a) II e III.
- b) I.
- c) I e III.
- d) III.
- e) II.

36. Em relação às regras do teletrabalho atualmente vigentes, é correto afirmar que:

- a) a validade do teletrabalho requer sua realização fora das dependências do empregador de modo preponderante.
- b) o teletrabalhador é considerado trabalhador interno-externo.
- c) o comparecimento às dependências do empregador para a realização de atividades específicas, que exijam a presença do empregado, invalida o regime de teletrabalho.
- d) as disposições relativas à responsabilidade pelo fornecimento dos equipamentos tecnológicos necessários à prestação do trabalho remoto serão previstas em contrato verbal.
- e) é facultada a alteração do regime de teletrabalho para o presencial por imposição patronal, garantido prazo de transição mínimo de quinze dias, com correspondente registro em aditivo contratual.

37. É correto afirmar que será computado como tempo à disposição do empregador o lapso de tempo relacionado a:

- a) estudo.
- b) atividades de relacionamento social, quando não ultrapassar 10 minutos diários.
- c) descanso.
- d) troca de roupa quando for imprescindível sua realização na empresa e esta ultrapassar 5 minutos.
- e) higiene pessoal.

38. Considerando as regras celetistas em relação à concessão de férias, analise os itens abaixo:

- I. O prazo para pagamento das férias é de no máximo dois dias antes do início do respectivo período, embora o descumprimento de tal prazo não tenha o condão de ensejar a dobra da remuneração de férias.
- II. A fluência de benefícios de auxílio-doença pelo INSS não prejudica o direito a férias.
- III. Considera-se falta justificada a ausência a que a empresa não tiver determinado o desconto do correspondente salário.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e III.
- b) I.
- c) II.
- d) III.
- e) nenhum dos itens.

39. No tocante à gratificação natalina, considerando o disposto nas Leis 4.749/65 e Lei 4.090/62, bem como a jurisprudência sumulada do TST, julgue os itens a seguir:

- I. O empregador não é obrigado a pagar o adiantamento da gratificação natalina no mesmo mês a todos os empregados.
- II. A gratificação corresponderá a 3/12 avos da remuneração devida no mês de dezembro, por mês de serviço, do ano correspondente.
- III. O valor nominal da gratificação natalina não pode ser reduzido por meio de negociação coletiva.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e III.
- b) I.
- c) II.
- d) III.
- e) nenhum dos itens.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Bruno Klippell

40. Após o advento da Emenda Constitucional nº 45/04, ocorrendo violação a direito líquido e certo do empregador, por ato do Delegado Regional do Trabalho, em matéria de disciplina de horário de trabalho, o mandado de segurança e eventual recurso cabível de decisão desfavorável, serão da competência do

- a) juiz federal comum e do Tribunal Regional Federal.
- b) Tribunal Regional Federal e do Superior Tribunal de Justiça.
- c) juiz do trabalho e do Tribunal Regional do Trabalho.
- d) Tribunal Regional do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho.
- e) juiz federal comum e do Tribunal Regional do Trabalho.

41. Considere as assertivas abaixo a respeito das partes, representação e procuradores no processo trabalhista.

- I. Em regra, há obrigatoriedade do preposto ser empregado do reclamado.
- II. A reclamação trabalhista do menor de 18 anos será feita por seus representantes legais e, na falta destes, pela Procuradoria da Justiça do Trabalho, pelo sindicato, pelo Ministério Público estadual ou curador nomeado em juízo.

III. O jus postulandi é o direito que tem a parte de ingressar em juízo podendo praticar pessoalmente todos os atos processuais da respectiva reclamação trabalhista.

IV. Nos dissídios coletivos é facultada aos interessados a assistência por advogado. De acordo com a CLT, é correto o que se afirma APENAS

- a) III e IV.
- b) II e III.
- c) II, III e IV.
- d) I e III.
- e) I e II.

42. Júlio César manteve contrato de trabalho com a empresa Alfa Serviços LTDA por três anos, sendo dispensado por justa causa, sem receber nenhuma verba rescisória. Procurou a Vara do Trabalho do município para ajuizar reclamação trabalhista. Conforme previsão contida na Consolidação das Leis do Trabalho e jurisprudência atual e sumulada pelo TST, Júlio

- a) deve necessariamente constituir advogado para a propositura da reclamação trabalhista.
- b) pode postular sem a necessidade de advogado em todas as instâncias da Justiça do Trabalho.
- c) pode propor a reclamação trabalhista sem constituir advogado, apenas na primeira instância.
- d) não precisa constituir advogado para atuar em todas as instâncias da Justiça do Trabalho, desde que esteja assistido pelo Sindicato da Categoria Profissional.
- e) pode reclamar pessoalmente perante a Justiça do Trabalho, limitando-se às Varas do Trabalho e aos Tribunais Regionais do Trabalho.

43. Nos processos sujeitos à apreciação da Justiça do Trabalho, a nulidade

- a) não poderá ser declarada mediante provocação das partes, mas apenas se arguida ex officio pelo Juiz.
- b) será pronunciada ainda quando arguida por quem lhe tiver dado causa.
- c) só será declarada quando resultar dos atos inquinados manifesto prejuízo às partes litigantes.
- d) após declarada não prejudicará senão os atos anteriores ou posteriores que dele dependam, ou sejam consequência.
- e) será sempre pronunciada, mesmo que seja possível suprir-se a falta ou repetir-se o ato.

44. Nos dissídios individuais,

- a) após a apresentação das razões finais, é defeso ao juiz renovar a proposta de conciliação, em razão do término da instrução.
- b) não havendo acordo, o reclamado terá trinta minutos para aduzir sua defesa, após a leitura da reclamação, não podendo esta leitura ser dispensada pelas partes.
- c) terminada a instrução, poderão as partes aduzir razões finais, em prazo não-excedente de dez minutos para cada uma.
- d) o não-comparecimento do reclamante à audiência importa em confissão quanto à matéria de fato.
- e) é facultado ao empregador fazer-se substituir por preposto que tenha conhecimento do fato, porém as declarações deste não obrigarão o proponente.

45. Em relação à prova testemunhal no processo do trabalho, é correto afirmar que

- a) no caso de inquérito para apuração de falta grave, cada uma das partes não poderá indicar mais de três testemunhas.
- b) no procedimento sumaríssimo, só será deferida intimação de testemunha que, comprovadamente convidada, deixar de comparecer.
- c) a testemunha que for parente até o quarto grau civil, não prestará compromisso, e seu depoimento valerá como simples informação.
- d) a testemunha que não souber falar a língua nacional não será ouvida, devendo ser substituída por outra testemunha.
- e) a testemunha poderá sofrer desconto salarial proporcional ao tempo do seu depoimento quando for arrolada pela parte, mas não poderá sofrer qualquer desconto quando foi convocada pelo juiz.

46. Conforme normas previstas na Consolidação das Leis do Trabalho, a sequência correta em relação ao prazo e cabimento, nos processos de rito ordinário, para o Recurso Ordinário (RO), o Agravo de Petição (AP) e o Recurso de Revista (RR), respectivamente, é:

- a) (RO) 08 dias, de decisões interlocutórias dos Juízes das Varas; (AP) 10 dias, de decisões na execução dos Juízes das Varas; (RR) 08 dias, de decisões proferidas em grau de recurso pelo TRT afrontando direta e literalmente a Constituição Federal.
- b) (RO) 05 dias, de sentenças dos Juízes das Varas; (AP) 08 dias, de decisões das turmas contrárias à letra da lei federal; (RR) 08 dias, de qualquer decisão proferida em grau de recurso pelo TRT.
- c) (RO) 08 dias, de decisões definitivas ou terminativas das Varas; (AP) 08 dias, de decisões na execução dos Juízes das Varas; (RR) 08 dias, de decisões proferidas em grau de recurso ordinário pelo TRT proferidas com violação literal de disposição de lei federal.
- d) (RO) 10 dias, de sentenças dos Juízes nas Varas; (AP) 05 dias, de decisões na execução dos Juízes das Varas; (RR) 08 dias, se proferidas com violação literal de disposição de lei federal.
- e) (RO) 08 dias, de decisões definitivas ou terminativas das Varas; (AP) 08 dias, de despachos que denegarem a interposição de recursos; (RR) 08 dias, por contrariedade a orientação jurisprudencial de Tribunal Regional do Trabalho.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

47. No tocante à Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, é correto afirmar:

- a) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das existentes, revoga ou modifica a lei anterior.
- b) Em nosso ordenamento jurídico, a revogação de uma lei deve ser sempre expressa.
- c) As correções a texto de lei já em vigor referem-se à própria norma, não se considerando lei nova.
- d) Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país imediatamente após sua publicação oficial.
- e) Embora não seja a regra geral, é possível haver repristinação legal, desde que haja disposição expressa nesse sentido.

48. Alberto, executivo renomado, casado com Paula, foi viajar a trabalho para outro país. Contudo, seu voo não chegou ao destino, pois o avião caiu no oceano. O corpo de Alberto não foi encontrado. Com base no caso assinale a alternativa correta.

- a) Pode ser declarada a morte presumida de Alberto, sem decretação de ausência, somente podendo ser requerida depois de esgotadas as buscas.
- b) Poderá ser decretada a morte presumida de Alberto, após a declaração da ausência, quando a lei autorizar a abertura da sucessão definitiva.
- c) O juiz deverá decretar a ausência e nomear curador para a administração os bens do ausente, que será seu cônjuge, desde que não esteja separada de fato há mais de dois anos.
- d) Será considerada como data do falecimento de Alberto o dia em que forem encerradas as buscas.
- e) A sentença declaratória de morte presumida será averbada em registro público.

49. São pessoas jurídicas de direito público interno

- a) Autarquias, partidos políticos e Municípios.
- b) Distrito Federal, Municípios e organizações religiosas.
- c) União, Estados e associações.
- d) União, Territórios e associações públicas
- e) União, Territórios, associações públicas e partido políticos

50. Sobre os bens, é correto afirmar que:

- a) Os negócios jurídicos, em regra, abrangem as pertenças, salvo se estipulado em contrário pelas partes.
- b) Os frutos e produtos não podem ser objeto de negócio jurídico, enquanto não separados do bem principal.
- c) Os acréscimos ou melhoramentos realizados sem a intervenção do proprietário, possuidor ou detentor não são considerados benfeitorias.
- d) Os bens de uso comum do povo são os edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias.
- e) Os acréscimos ou melhoramentos realizados sem a intervenção do proprietário, possuidor ou detentor são considerados benfeitorias úteis.

51. Sobre provas, é correto firmar que

- a) Qualquer que seja o valor do negócio jurídico, a prova testemunhal é admissível como subsidiária ou complementar da prova por escrito.
- b) A escritura pública, lavrada em notas de tabelião, apesar de ser documento dotado de fé pública, não faz prova plena.
- c) A confissão é irrevogável, porém é nula se decorreu de erro de fato ou de coação.
- d) Os documentos redigidos em língua estrangeira não poderão ser utilizados como prova no País.
- e) Os documentos redigidos em língua estrangeira poderão ser utilizados como prova no País, independentemente de tradução.

52. A pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa prescreve:

- a) em um ano;
- b) em cinco anos, quando tem sua origem em documento público;
- c) em cinco anos, quando tem sua origem em documento particular;
- d) em quatro anos;
- e) em três anos.

53. A respeito da evicção, assinale a alternativa incorreta:

- a) Nos contratos onerosos, o alienante responde pela evicção. Subsiste esta garantia ainda que a aquisição se tenha realizado em hasta pública.
- b) Podem as partes, por cláusula expressa, reforçar, diminuir ou excluir a responsabilidade pela evicção.
- c) Poderá o adquirente demandar pela evicção, ainda que saiba que a coisa era alheia ou litigiosa.
- d) Não obstante a cláusula que exclui a garantia contra a evicção, se esta se der, tem direito o evicto a receber o preço que pagou pela coisa evicta, se não soube do risco da evicção, ou, dele informado, não o assumiu.
- e) Se o adquirente tiver auferido vantagens das deteriorações, e não tiver sido condenado a indenizá-las, o valor das vantagens será deduzido da quantia que lhe houver de dar o alienante.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

54. São características da jurisdição, exceto:

- a) imparcialidade.
- b) definitividade.
- c) regular contraditório.
- d) indeclinabilidade.
- e) delegabilidade.

55. Sobre a competência e os atos processuais, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis será proposta, em regra, no foro de domicílio do autor.
- b) O foro de domicílio do inventariante é o competente para o inventário e o arrolamento do autor da herança, quando o óbito tenha ocorrido no estrangeiro.
- c) Será considerado intempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.
- d) No mandado de segurança, os efeitos da medida liminar, salvo se revogada ou cassada, persistirão até a prolação da sentença.
- e) A execução fiscal poderá ser proposta no foro de domicílio do réu, ou no de sua residência.

56. Acerca do litisconsórcio, assinale a alternativa correta:

- a) O requerimento de limitação do litisconsórcio suspende o prazo para manifestação ou resposta, que será devolvido da intimação da decisão que o solucionar.
- b) O litisconsórcio será necessário quando, pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir o mérito de modo uniforme para todos os litisconsortes.
- c) A sentença de mérito, quando proferida sem a integração do contraditório, será ineficaz, se a decisão deveria ser uniforme em relação a todos que deveriam ter integrado o processo.
- d) Os litisconsortes serão considerados, em suas relações com a parte adversa, como litigantes distintos, exceto no litisconsórcio unitário, caso em que os atos e as omissões de um não prejudicarão os outros, mas os poderão beneficiar.
- e) Cada litisconsorte tem o direito de promover o andamento do processo, e a intimação de um supre a dos demais.

57. O Código de Processo Civil de 2015 traz disciplina minudente sobre o tempo dos atos processuais. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta:

- a) Os atos processuais serão realizados em dias úteis, das 6 (seis) às 19 (dezenove) horas.
- b) As penhoras podem ser realizadas no período de férias forenses independentemente de autorização judicial.
- c) A prática eletrônica de ato processual pode ocorrer em qualquer horário até as 22 (vinte e duas) horas do último dia do prazo.
- d) Dias em que não haja expediente forense não são considerados como feriado, salvo se houver previsão específica em lei municipal.
- e) As ações de alimentos permanecem suspensas durante o período de férias forenses.

58. Assinale a alternativa que indica situação em que foi concedida tutela de evidência:

- a) A empresa Alfa é titular de concessão do serviço de transporte intraurbano do município de Campinas. Os ônibus da sua frota estão emitindo gases poluentes em desacordo com as normas ambientais. O Ministério Público do Estado propôs ação civil pública com a intenção de forçar a empresa ao cumprimento dos limites de emissão de poluentes. O juiz, após audiência de justificação prévia, deferiu tutela provisória para que a empresa promova desde logo a instalação de filtros no escapamento dos veículos.
- b) Mário é réu em ação monitória promovida por João Santana. No curso do processo, João verificou que Mário está promovendo diversos atos de alienação gratuita do seu patrimônio a familiares, o que foi comprovado através de certidões de registro de imóveis. Através de petição no processo, João busca o deferimento de medida que estabeleça o bloqueio dos bens de Mário, o que foi deferido liminarmente pelo juiz.
- c) A empresa Ômega foi autuada por auditores fiscais do Estado de São Paulo que determinaram o recolhimento de ICMS sobre operação de remessa de mercadorias a outro estabelecimento de sua propriedade em Estado diverso. A empresa ingressou com Mandado de Segurança em que pede, liminarmente, a suspensão da eficácia da autuação. O juiz, verificando que os fatos estão comprovados documentalmente e que há tese de repercussão geral favorável à empresa, deferiu liminarmente a tutela provisória.
- d) Fabrício foi notificado pelo Banco Safira de que seria promovida a sua inscrição em cadastro de maus pagadores em razão do não pagamento de débito que ele teria assumido na qualidade de sócio da empresa Ômicron. O advogado de Fabrício, analisando os documentos da empresa na Junta Comercial, constatou que sua assinatura foi forjada no ato que o incluiu como sócio. Ele então propôs ação de inexistência de relação jurídica, requerendo tutela provisória para que se

determinasse ao Banco a não inscrição no cadastro, o que foi deferido pelo juiz.

- e) Carolina é portadora de visão monocular e se inscreveu em determinado concurso público na qualidade de pessoa com deficiência. A comissão responsável pelo concurso, na fase de avaliação da deficiência, optou por excluir Carolina do certame, apontando que a sua condição não caracterizaria deficiência. Carolina propôs Mandado de Segurança buscando a anulação do ato de exclusão com pedido de tutela provisória que lhe facultasse a participação nas fases posteriores do concurso, o que foi deferido pelo juiz.

59. Cassiano é réu de ação de indenização por danos morais proposta por Daniela. O juiz de primeiro grau julgou a ação procedente, fixando o valor da condenação em dez mil reais, sentença que foi confirmada pelo TJ-SP. Cassiano interpôs recurso especial em face do acórdão, o qual foi inadmitido. Dessa decisão, Cassiano interpôs agravo em recurso especial, o qual está pendente de julgamento. Concomitantemente, Daniela deu início ao cumprimento provisório da decisão. Sobre essa situação, assinale a alternativa correta:

- a) Se Cassiano, após ser intimado, deixar de pagar o débito, este será acrescido de honorários de advogados de dez por cento, mas não se aplica multa, já que o cumprimento de sentença é provisório.
- b) Se Cassiano efetuar o pagamento do débito para se furtar a eventuais acréscimos do débito, o seu recurso deverá ser extinto sem julgamento do mérito ante a perda superveniente do objeto.
- c) Cassiano poderá impugnar o cumprimento provisório de sentença desde que preste garantia de ao menos quarenta por cento do valor do débito.
- d) Se Cassiano fizer o pagamento em dinheiro, Daniela não precisará prestar caução para levantar o depósito.
- e) Cassiano poderá requerer ao juiz responsável pelo cumprimento o parcelamento do débito em até seis meses caso comprove o prévio depósito de trinta por cento do valor devido.

60. A Lei dos Juizados Especiais Cíveis, Lei nº 9.099/1995, permite que as partes estejam presentes ao Juizado independentemente da assistência de advogado. No entanto, há situações em que a Lei exige a assistência por advogado. É exigível a presença de advogado nos Juizados Especiais Cíveis quando:

- a) a parte contrária estiver assistida por advogado.
 - b) o juiz reputar a assistência conveniente para resguardar os interesses da parte desassistida.
 - c) for caso de intervenção obrigatória do Ministério Público.
 - d) for parte no processo pessoa jurídica de direito público.
 - e) o valor da causa for superior a vinte salários-mínimos.
-

DISCURSIVAS

A inteligência artificial, com sua capacidade de processamento de dados e tomada de decisões autônomas, desponta como uma poderosa ferramenta de transformação em nossa sociedade. No entanto, junto com esse avanço tecnológico, emergem questões complexas e desafiadoras que precisam ser enfrentadas de forma ética e responsável.

Com base no texto motivador acima, redija um texto dissertativo sobre o seguinte tema:

OS DESAFIOS ÉTICOS E MORAIS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA SOCIEDADE

Valor (10 pontos)

| Linha | Folha de Resposta |
|-------|--------------------------|
| 1 | |
| 2 | |
| 3 | |
| 4 | |
| 5 | |
| 6 | |
| 7 | |
| 8 | |
| 9 | |
| 10 | |
| 11 | |
| 12 | |
| 13 | |
| 14 | |
| 15 | |
| 16 | |
| 17 | |
| 18 | |
| 19 | |
| 20 | |
| 21 | |
| 22 | |
| 23 | |
| 24 | |
| 25 | |
| 26 | |
| 27 | |
| 28 | |
| 29 | |
| 30 | |

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
